



GOVERNO DE PERNAMBUCO
Secretaria de
Desenvolvimento Social,
Criança e Juventude

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

Data: 05/10/2022

Horário: 14:00 horas

Local: Híbrida (Pró-rural, 1º andar e Google Meet)

PRESENTES

VICE-PRESIDENTE – Lucas Lira Gomes

ARTJOVEM – Breno C. Gomes de Almeida

AMOTRANS – Maria Daniela M. Motta

CANDACES – Maria Luiza de Rodrigues de Aquino

COMLESBI – Rivânia Rodrigues da Silva

GAYMADO – Glauber dos Santos Stringlini

GTP+ – Geydson Vicente Coutinho da Silva

MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE – Marcone C. Menezes

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – Jairo Gomes de Amorim

REDE LGBT DO INTERIOR – Hewrya Maiacowski M. de Lima

REDE LGBT DO INTERIOR – Alzyr Antônio Sá Brasileiro

COORDENADORIA LGBTQIA+/PE – Léo Lins da Silva

SETEQ – Antônio de Moura P. Filho

SEPLAG – Ryan Paulo da Silveira Amorim

SEC. DA MULHER – Fátima Moreira

SEC. DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – Roseane Fátima de Q. Morais

SEC. DE DEFESA SOCIAL – Jeanne de Aguiar P. De Souza

SECULT – Yolanda Corrêa

SEC. EXECUTIVA DO CEDPLGBT – Iris de Fátima

CONVIDADOS (A):

COORDENADORA PROJETO +CIDADANIA LGBT – Priscila Siqueira

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

NÃO JUSTIFICARAM

PAUTA

- Apresentação do Projeto + Cidadania;
- Apresentação dos relatórios: Visibilidade Lésbica, São João e Festival de Inverno de Garanhuns;
- Informes Gerais.

DESENVOLVIMENTO

A 12ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Políticas para a População LGBTQIA+ de Pernambuco, teve início por volta das 14h30m, no prédio do pro-rural, onde o vice-presidente, Lucas Lira, deu início às discussões dizendo do seu desconhecimento em relação a pessoa que coordena o projeto +Cidadania LGBT, que não tem informações sobre sua nomeação, a conhecendo apenas de vista, Lucas informa que a coordenadora do projeto, Priscila, teria confirmado sua presença na reunião, que o presidente do conselho e coordenador da política LGBT do Estado, Gleyton, também teria confirmado presença no grupo da executiva. Porém minutos antes do início da reunião, Priscila teria se justificado dizendo que não poderia participar e encaminhou um e-mail para o conselho:

“hoje teríamos a apresentação do projeto +Cidadania, porém não conseguiremos comparecer devido a alta demanda e assistência que precisamos dar nesse primeiro momento de inscrição. Gostaríamos, no entanto, de agendar uma reunião com os principais líderes dos movimentos para explicar o projeto com um resultado mais concreto e tirar possíveis dúvidas, aproveitamos para convidar o vice-presidente para articular as vagas destinadas às instituições”.

Lira comenta que, em primeiro lugar, não irá articular vagas de um projeto que dispõe de um edital com seleção prévia e segundo que a reunião com o movimento social não tem relação com a apresentação do projeto ao conselho, que essa seria uma outra esfera. O conselheiro complementa, que a coordenadora precisa trazer o projeto para o conselho, visto que para esse projeto ser aprovado no estado foi preciso apresentar a ata desse conselho constando a aprovação do projeto. O vice-presidente, afirma que a forma como o conselho aprovou o projeto e a forma como ele está sendo executado são bem diferentes, dá exemplos como a disponibilidade de bolsas para os participantes que nessa execução do projeto não tem, que o conselho desconhece a equipe técnica, de como se deu essa seleção e etc. Lucas ainda relata que Gleyton teria justificado que não participará da reunião porque está fora de Recife, complementa que não são sucessivas reuniões que ele não aparece e recorda que ele também é presidente desse conselho, que além disso o suplente de Gleyton também tem estado ausente. Retrata que a reunião foi no prédio onde funciona a coordenação e Alexandro não teria aparecido nem para organizar a sala, que apenas Íris de Fátima está presente como secretária executiva, mas

que a sensação é de que a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude abandonou o conselho. Assim, o conselheiro coloca que é necessário definir algo, salienta que a princípio essa reunião tinha caráter presencial, mas que ele pensou em abrir também de forma remota justamente porque na reunião passada a coordenadora do projeto não esteve presente. Lucas se desculpa em nome de todo o conselho, mesmo reconhecendo que não cabe a ele, argumentando que está com vergonha pela forma como está sendo conduzido, que toda esse descaso causa desânimo a sociedade civil em participar do conselho. Lucas sugere de encaminhamento relatar o processo em ata – como já é feito, após isso encaminhar para o Ministério Público, pensando que o MP possa intermediar um diálogo, pois o conselho não consegue dialogar com a coordenadoria e nem com a coordenação do projeto, que já está em execução, que foi praticamente o único orçamento destinado a população LGBTQIA+ de Pernambuco para esse ano, salvo os troféus comprados para premiação dos Jogos do Orgulho, relembra que não existe orçamento para o deslocamento dos conselheiros (as/es) do interior estarem nas reuniões presenciais. O vice-presidente diz que infelizmente as pessoas já começaram mal, uma vez que não tem a consideração nem de justificar esse projeto dentro do conselho que é a esfera deliberativa, relata e passa a fala para Íris de Fátima.

Íris questiona o pleno sobre quem representou o conselho na audiência realizada dia 29 de setembro e destaca a importância dessa representação, além disso ela solicita que os conselheiros (as/es) revisitem o regimento interno para estarem atentos às normas, uma vez que questões básicas de hierarquia, entre outras questões estão dispostas no regimento, comenta que nessa audiência específica ficou aguardando retorno do presidente e do vice, mas não o teve e por isso veio questionar o pleno sobre quem teria então representado o conselho.

Lucas Lira diz que Gleyton tem essa dificuldade de compreender esse acúmulo de função, que além de coordenador, ele é presidente do conselho e que esse conselho é responsável por monitorar as atividades da coordenadoria, que ele precisa delimitar até onde é possível ir enquanto coordenador e enquanto presidente do conselho. Lira relata que percebe uma certa isenção do presidente em algumas falas, que nas reuniões Gleyton quem deve presidir e não ele que é vice-presidente, que pode sim desempenhar tal função na sua ausência, mas que não todas as vezes já que não é o seu suplente, afirma que a SDSCJ não tem enviado representante nas últimas reuniões.

Breno Gomes se inscreve, inicia pedindo que o conjunto das informações postas nessa reunião, a título de comunicação e/ou questionamento, que esse conselho remeta para o gabinete do Secretário, com cópia para o Ministério Público do estado e com cópia para a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, complementa que coisas dessa natureza não podem continuar acontecendo de forma tão reiterada, que pouco importa se resta ao Governo Estadual alguns meses, pouco importa se a figura da gestão tenha poucos meses de exercício de mandato, pouco importa que qualquer movimento esteja afiançado numa perspectiva de resultado eleitoral, que sua vida social é atravessada pela militância política, mas acredita que ações de Estado precisam se tratadas com a importância que elas têm. Gomes prossegue dizendo que o respeito às cidadãs e cidadãos de Pernambuco, com recorte para a população LGBTQIA+, ele compreende que não é possível sair dessa reunião sem uma posição mais definida, com contornos mais práticos sobre o que esse conselho pretende fazer. Aproveita o espaço e parabeniza Íris de Fátima, pelo seu trabalho e dedicação a condução dos trabalhos, que ela tem dado o mínimo de institucionalidade por parte do Governo Estadual em relação a esse conselho e encerra.

Glauber se inscreve, relatando do descaso da gestão do Partido Socialista Brasileiro (PSB) para com o conselho, que compactua com a fala de Breno Gomes, que o conselho deve seguir o fluxo sugerido pelo companheiro, informa que irá precisar se ausentar da reunião, só poderá participar como ouvinte, mas o que a sociedade civil deliberar, enquanto Grupo Gaymado, estará em concordância.

Hewrya se inscreve e explica que está se dividindo entre duas reuniões, mas que não poderia deixar de participar enquanto representante da Rede LGBT do Interior, que a partir dos relatos que lhe antecederam, ela também percebe um descaso que não é de agora, que com o pretexto do pleito eleitoral esse descaso apenas aumentou. A conselheira comenta que não vê possibilidade de evolução até o fim das eleições, declara que se não houve respeito com a sociedade civil há meses atrás, é que até o final do ano não enxerga avanços, infelizmente. Menciona seu descontentamento principalmente por observar que esse descaso parte de pessoas que sabem a luta LGBTQIA+, do que vivem nossos corpos e mesmo assim não conseguem ter respeito, ela entende que esse conselho ainda tem muito o que avançar. Traz o exemplo da dificuldade posta pelo Governador ao ser provocado para um encontro presencial com o conselho, que o mesmo sempre encontrará desculpas para não nos receber. Cita a fala do vice-presidente sobre o projeto

+Cidadania LGBT ser o único projeto com destinação orçamentária que o Estado executou em um ano e mesmo assim, faltando dois meses para esse ano acabar, o conselho ainda está numa construção de diálogo para receber explicações acerca dele. Hewrya diz da sua vontade de contribuir para a tomada de providências e encerra sua fala.

A secretária executiva do conselho explica que existe uma hierarquia no fluxo de envio de ofício, que o conselho não pode enviar direto ao gabinete do secretário, precisa enviar para a Secretária de Segmentos Sociais, com cópia para a Coordenadoria, é dever da Secretária Ana Paula remeter os ofícios ao gabinete.

Lucas Lira se posiciona pontuando que o conselho tem uma autonomia peculiar, por se tratar de uma denúncia do descaso da própria gestão, o conselho ter que pedir autorização pra denunciar é complicado já que vai gerar um conflito de interesses e repete como esse processo é cansativo.

Nesse momento Íris de Fátima tenta contato com a Secretária Ana Paula por meio de ligação e o pleno aguarda retorno.

Enquanto isso, Lucas Lira sugere que seja enviado um ofício para o Secretário da SDSCJ com cópia para Ana Paula e para a Coordenadoria, junto às demais instituições elencadas por Breno Gomes, solicitando providências acerca da execução do Projeto +Cidadania LGBT, além da falta de diálogo por parte da coordenadoria, que tem estado ausente. Lira menciona que Ana Paula não poderá comparecer a essa reunião e Íris pede que os conselheiros (as/es) presentes se manifestem sobre o encaminhamento proposto por Breno e todos aprovam.

Passando para o próximo ponto de pauta, que seria a apresentação dos relatórios sobre as ações do mês da Visibilidade Lésbica, São João e Festival de Inverno de Garanhuns, Lucas diz que Gleyton enviou uma mensagem no grupo da executiva do conselho e faz a leitura:

“boa tarde, infelizmente não estou em recife para participar presencialmente, a secretaria já está ciente para indicação de um representante. A princípio a coordenadora do projeto irá apresentá-lo. Quanto aos relatórios, estamos fechando todos os meses e assim que estiverem prontos, enviaremos. Iniciaremos um plano de transição ainda esse mês e deixaremos tudo bem organizado”.

O vice-presidente comunica que como a reunião só tinha esses dois pontos de pauta e a deliberação foi aprovada, passará aos informes gerais.

Íris de Fátima informa que ocorrerá uma audiência pública dia 18 de outubro, as 09h, de forma remota, que tratará da questão da fiscalização da instalação do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT do Recife. Além disso, informa que na última audiência com o Ministério Público, Lucas Lira enquanto vice-presidente pontou as dificuldades do conselho em se reunir presencialmente, tratou da falta de transporte para os conselheiros (as/es) do interior, também tratou das dificuldades encontradas no desempenho das comissões desse conselho, que Dr. Maxwell pediu um relatório apontando as dificuldades em fazer o acompanhamento do Plano Estadual de Políticas da População LGBT/PE, da Comissão de Acompanhamento da Implementação das Políticas Públicas para a População LGBT/PE.

Lucas explica que na audiência estava o questionamento de quem fiscalizava a execução do Plano e ele afirma que é o conselho, por isso a necessidade do funcionamento pleno dessa comissão.

Íris informa que também foi solicitado que ela, enquanto secretária executiva do conselho, buscasse dentro do Plano Estadual de Políticas para a População LGBTQIA+/PE, algo que discorresse acerca da maternidade entre casais composto por mulheres e ela afirma não ter encontrado. Íris ainda faz um desabado de que Gleyton teria ido até sua sala lhe dizer que ela não teria capacidade de acessar um link, após ela ter solicitado a gravação das reuniões 42ª e 46ª, que ele teria respondido que a responsabilidade dos técnicos era para com a secretaria executiva e que ela teria citado o art. 11 do regimento interno, que dispõe da normativa desse conselho, discorre que a secretaria executiva do conselho será composta por um secretário executivo(a) e dois apoios técnicos designado pela SDSCJ, que teria argumentado que esses apoios são estão presentes nos dias das reuniões, para além disso, não existe esse corpo técnico. A conselheira aponta estar descontente com essa atitude do coordenador e o convidou para fazer essa fala frente ao pleno nessa reunião de hoje.

O vice-presidente faz votos de solidariedade à companheira Íris que é uma militante histórica do movimento LGBT de Pernambuco, questiona se há algo mais a ser informado e comenta que diante da atual conjuntura a próxima reunião ordinária também será híbrida, que estará de forma presencial, mas para facilitar e aumentar o quórum defende que seja híbrida.

Agradece a presença de todos (as/es) e declara encerrada a sessão.

ENCAMINHAMENTOS

- Breno Gomes sugere que o conjunto das informações postas nessa reunião, a título de comunicação e/ou questionamento seja remetido para o gabinete do Secretário, com cópia para a Secretária de Segmentos Sociais, Ana Paula, para a Coordenadoria LGBT do Estado, para o Ministério Público do estado e para a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, solicitando providências acerca da execução do Projeto +Cidadania LGBT, além da falta de diálogo por parte da coordenadoria, esta que tem se estado ausente.

INFORMES

- Íris de Fátima informa que ocorrerá uma audiência pública dia 18 de outubro, as 09h, de forma remota, que tratará da questão da fiscalização da instalação do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT do Recife. Além disso, informa que na última audiência com o Ministério Público, Lucas Lira enquanto vice-presidente pontou as dificuldades do conselho em se reunir presencialmente, tratou da falta de transporte para os conselheiros (as/es) do interior, também tratou das dificuldades encontradas no desempenho das comissões desse conselho, que Dr. Maxwell pediu um relatório apontando as dificuldades em fazer o acompanhamento do Plano Estadual de Políticas da População LGBT/PE, da Comissão de Acompanhamento da Implementação das Políticas Públicas para a População LGBT/PE.
- Íris informa que também foi solicitado que ela, enquanto secretária executiva do conselho, buscasse dentro do Plano Estadual de Políticas para a População LGBTQIA+/PE, algo que discorresse acerca da maternidade entre casais composto por mulheres e ela afirma não ter encontrado.

Diante disso, nada tendo mais a acrescentar a secretária executiva Íris de Fátima, lavra a presente ata.

Recife, 05 de Outubro de 2022.

**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança
e Juventude**

Secretaria de Segmentos Sociais